

Senado aprova novo regime de aposentadoria do servidor

Se projeto for sancionado pela presidente Dilma, novos funcionários públicos federais terão aposentadoria máxima de R\$ 3.916, o mesmo teto do INSS; caso queiram receber um benefício maior, terão de contribuir com um fundo de previdência complementar, também previsto na proposta aprovada ontem **3**



Aloysio Nunes (E) e José Pimentel na CCJ, onde projeto foi aprovado pela manhã



Votação simbólica no Plenário: proposta acaba com aposentadoria integral para servidor que ganha acima do teto do INSS



Requião (à mesa) coordena debate com Titta Maja e Raisa Ojala

Acordo político pela educação explica sucesso da Finlândia

Em debate no Senado, representante do governo finlandês vincula o desenvolvimento do país a acerto político que priorizou a educação. **4**

PSOL pede ao Conselho de Ética investigação de Demóstenes **6**

Após debate de três horas, CCJ adia votação do ICMS único **7**

Senado lança às 10h revista *Em discussão!*, sobre defesa nacional **4**



Cícero Lucena e Eduardo Braga apresentam tablets: aplicativo exclusivo

Senadores passam a usar tablets e projetam economia de papel

Mais de R\$ 277 mil por ano podem ser poupados com a redução da impressão das pautas em papel. Aparelhos custaram R\$ 189 mil. **5**

Empresa de energia do Pará corre risco de falir, alertam debatedores **8**

Fundo já existente poderá levar celular a pequenos municípios **5**

A melhor defesa é a informação

Os principais temas que preocupam você e a sociedade brasileira estão na *Em discussão!* A revista traz em cada edição um assunto específico e oferece acesso aos debates mais importantes das audiências públicas do Senado.

A revista *Em discussão!* é uma publicação do Jornal do Senado. Disponível para leitura no site www.senado.gov.br/emdiscussao

Em discussão!
Informação e novas ideias.

Secretaria Especial de Comunicação Social



Sarney aguarda resposta do Supremo sobre como deve ser a tramitação das medidas provisórias; assim que instruções chegarem, senadores e deputados as incluirão numa proposta de emenda à Constituição

Senado e Câmara dialogam para alterar rito das MPs

ENQUANTO AGUARDA A resposta do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre como deve ser a tramitação das medidas provisórias (MPs), o presidente do Senado, José Sarney, articula a votação da proposta de emenda à Constituição que modifica o rito desse tipo de proposição (PEC 11/11).

Sarney se reuniu ontem no Palácio do Planalto com o presidente da Câmara, Marco Maia, que ocupa interinamente a Presidência da República. E vai se reunir com senadores e deputados. O objetivo é elaborar um substitutivo à PEC, que está na Câmara.

A proposta, originalmente de autoria de Sarney, dá ao Senado o tempo necessário para examinar as MPs, evitando que o vencimento iminente de uma MP obrigue a Casa a apenas homologar o texto enviado pela Câmara.

— A ideia é compor todas as tendências e votar esse tema



Sarney dá entrevista: Senado e Câmara articulam mudança na PEC das MPs

imediatamente — explicou.

Anteontem, após reunir-se com os líderes dos partidos, Sarney havia informado que pediria esclarecimentos ao STF sobre como deve ser o rito de tramitação das MPs. Uma decisão recente do tribunal reforçou a obrigatoriedade de elas passarem pela análise de uma comissão mista do Congresso antes irem para os Plenários da Câmara e do Senado.

Segundo Sarney, alguns senadores entendem que o texto

do STF apresenta “certa contradição” entre artigos que foram considerados inconstitucionais e outros que permanecem na Resolução 1/02 do Congresso, que trata do rito das MPs.

Segundo a PEC, a Câmara passaria a ter 80 dias para analisar MPs e o Senado, 30 dias, restando 10 dias para que os deputados analisassem emendas dos senadores. A PEC extingue a comissão mista, e as MPs passam a ser submetidas às CCJs do Senado e da Câmara.

Servidores do Senado ganham praça de alimentação

Foi inaugurada ontem no Senado a praça de alimentação Espaço do Servidor. A expectativa é que o novo local receba 8 mil pessoas por dia.

A praça de alimentação fica entre o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e a Secretaria de Assistência Médica e Social (Sams) e conta com um restaurante e uma lanchonete.

Participaram da inauguração o 1º secretário do Senado, Cícero Lucena (PSDB-PB),

a secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra, a diretora-geral, Doris Peixoto, e o diretor do Interlegis, Haroldo Tajra.

Em seu discurso, Cícero lembrou que a construção levou em consideração o meio ambiente e aqueles com dificuldade de locomoção — o espaço tem poucas paredes, assentos preferenciais e rampas.

— Mais do que uma praça de alimentação, que esse projeto seja um centro de convivência,

de integração e de relacionamento — disse o senador.

Claudia Lyra afirmou que a praça de alimentação vai ajudar os servidores no trabalho do Legislativo:

— Este espaço de convivência reflete a humanização da administração pública.

Doris Peixoto concordou: — Merecíamos isso havia muitos anos. Este espaço é um reconhecimento aos servidores do Senado.



Inauguração da praça de alimentação: local tem um restaurante e uma lanchonete; brevemente, terá segundo restaurante

Senadores parabenizam Polícia do Senado

Inácio Arruda (PCdoB-CE), Paulo Paim (PT-RS) e Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) homenagearam, na terça-feira, em Plenário, a Polícia do Senado, que está completando 188 anos.

— Por todo esse tempo, anonimamente, [os policiais] contribuem, colocando até mesmo suas vidas em defesa

da democracia e do Senado — afirmou Paim.

Inácio lembrou que a Associação dos Policiais Legislativos do Senado foi fundada em 25 de março, mesmo dia de nascimento do PCdoB.

— Ontem [segunda-feira, 26] eles tiveram muito trabalho, porque os comunistas superlotaram o Plenário do Senado

Federal — disse, referindo-se à sessão especial de homenagem aos 90 anos da sigla.

O senador destacou o papel da Polícia do Senado na segurança do Legislativo e dos senadores. Ele brincou dizendo que teve de enfrentar os policiais em manifestações promovidas por movimentos populares na Casa.

Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após às 19h20 serão publicados na edição de amanhã do **Jornal do Senado**.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://www.senado.gov.br/atividade/agenda/default.asp>

Plenário Aposentadoria especial

14h Na pauta da sessão deliberativa, projeto de lei da Câmara (PLC 40/10) que trata da concessão de aposentadoria especial à pessoa com deficiência filiada ao Regime Geral de Previdência Social.

Presidência Promulgação de PECs

10h30 José Sarney preside sessão do Congresso destinada à promulgação das emendas constitucionais 69/12 e 70/12; às 12h, recebe o vice-presidente do Superior Tribunal Militar, Olympio Pereira da Silva; e, às 16h, preside a ordem do dia.

CRA Legislação sanitária

8h30 A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária examina, entre outros projetos, o que consolida a legislação sanitária vegetal e animal.

CDH Política externa de direitos humanos

9h A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa debate a política externa brasileira de direitos humanos, fazendo um balanço de 2011 e tratando das prioridades para 2012. Estão convidados os ministros da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho; da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Maria do Rosário; e das Relações Exteriores, Antonio Patriota. Na pauta da reunião deliberativa, projeto que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para aprimorar a disciplina dos conselhos tutelares.

CPI da Mulher Violência contra a mulher do campo

9h Audiência pública para debater a situação de violência vivida pelas mulheres das florestas e do campo. Entre os convidados, representantes da Contag.

CRE Análise da indicação de embaixadores

10h A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional examina indicações para embaixadas na República Dominicana; Polônia; Filipinas simultaneamente com Palau, Ilhas Marshall e Estados Federados da Micronésia; El Salvador; Áustria; e Líbia.

Em discussão! Defesa nacional

10h Lançamento da décima edição da revista *Em discussão!* sobre o tema “Defesa nacional”. O evento é uma iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e da Secretaria Especial de Comunicação Social.

CAS Conservação de alimentos

10h30 O impacto da conservação de alimentos na saúde pública será debatido na Comissão de Assuntos Sociais, com a participação do vice-presidente da Associação Brasileira de Engenheiros de Alimentos, Eduardo Monteiro.

CMA Fim do retrocesso ambiental

13h30 Colóquio internacional sobre o tema “Princípio da proibição do retrocesso ambiental”, de iniciativa do senador Rodrigo Rollemberg, presidente da Comissão de Meio Ambiente.

FGTS Distribuição de resultados financeiros

14h30 A Subcomissão Temporária do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, criada no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, realiza audiência para debater a distribuição do resultado financeiro do fundo. Participarão representantes de instituições que fazem parte do Conselho Curador do FGTS, tais como a Caixa Econômica, a Força Sindical e a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo.

Rio+20 Redução do consumismo

18h Como diminuir o consumo supérfluo é tema de debate da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas e da Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. A coordenadora executiva do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, Lisa Gunn, participa da audiência.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões

Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao

Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Senado limita aposentadoria de servidor público federal ao teto do INSS e cria fundo de pensão para quem desejar benefício maior; medida não atinge atuais servidores

Fundo de pensão do servidor vai para sanção

O SENADO APROVOU ontem, em votação simbólica, o novo modelo de previdência dos servidores públicos federais.

O projeto de lei aprovado (PLC 2/12) restringe suas aposentadorias ao teto do INSS, que é de R\$ 3.916,20, e regulamenta sua previdência complementar.

Quem quiser uma aposentadoria superior a R\$ 3.916,20 terá de contribuir com um fundo de previdência complementar. Atualmente, caso cumpram determinados requisitos, os servidores se aposentam recebendo benefício igual ao salário da ativa.

A proposta havia sido aprovada mais cedo na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Agora vai para sanção presidencial.

De acordo com o texto, serão criadas três entidades fechadas de previdência privada, uma para cada Poder (Executivo, Legislativo e Judiciário). As fundações serão administradas por representantes dos servidores e do respectivo Poder.

Relator do projeto em todas as comissões, José Pimentel (PT-CE) afirmou que o novo regime de previdência trata todos os trabalhadores de forma igualitária. Os da iniciativa privada, os do serviço público e



O líder do governo, Eduardo Braga, conversa com José Pimentel no Plenário

os autônomos terão as mesmas regras de aposentadoria.

Contrapartida

O novo regime previdenciário afetará os servidores que ingressarem no serviço público a partir do início de funcionamento das novas entidades.

Deles, serão descontados mensalmente 11% sobre no máximo R\$ 3.916,20.

Quem ganha acima desse valor e deseja uma aposentadoria maior deverá contribuir com o novo fundo de pensão. Haverá uma contrapartida do

empregador (Executivo, Legislativo ou Judiciário) no mesmo percentual do empregado. A contrapartida do empregador será limitada a 8,5% da parte do salário que exceder os R\$ 3.916,20.

Quem ganhar menos do que R\$ 3.916,20 poderá contribuir com o fundo e, assim, conquistar o direito a uma previdência complementar, mas sem contrapartida da União.

Os atuais servidores e aqueles que ingressarem no serviço público até o dia anterior à entrada em vigor do novo regime

também poderão aderir a ele, se for de seu interesse. Para isso, terão prazo de 24 meses. A migração para o novo modelo será irrevogável.

Sustentável

Em compensação, os que migrarem terão direito a receber, quando se aposentarem, uma parcela referente ao período em que contribuíram pelo antigo regime previdenciário. Denominada de benefício especial, essa parcela equivalerá à diferença entre a remuneração média do servidor e o teto do INSS, calculada proporcionalmente ao tempo de contribuição que ele tem no regime previdenciário da União.

Anibal Diniz (PT-AC) afirmou que o novo regime dá segurança à previdência dos trabalhadores do setor público no futuro e aos investimentos no país.

Para ele, com a redução da pressão da previdência sobre os gastos públicos, o governo poderá dar mais atenção a setores estratégicos da economia.

— Não podemos ficar vendo déficit na Previdência. Temos de fazer a Previdência ficar sustentável — disse.

O ministro da Previdência, Garibaldi Alves Filho, acompanhou a aprovação do projeto no Senado.

Senadores farão projeto que permita fiscalização do TCU

O Senado aprovou o projeto da nova previdência do servidor sem modificar o texto saído da Câmara dos Deputados.

A proposta recebeu emendas no Plenário, que acabaram sendo rejeitadas diante do compromisso dos senadores da base aliada de que seriam transformadas em projetos de lei e aprovadas no Senado.

Entre as emendas, estavam a obrigatoriedade de os diretores dos três fundos previdenciários serem sabatinados pelo Senado e a autorização para o Tribunal de Contas do União fiscalizar as entidades — ao contrário do que ocorre hoje com a Previ, o fundo do Banco do Brasil.

— Nossa preocupação é exi-

gir qualidade de gestão e evitar aparelhamento. O que estará em jogo será o futuro de pessoas que trabalharam no serviço público — argumentou o líder do DEM, José Agripino (RN).

Outras sugestões, vindas do PMDB, tratam de garantias para as aposentadorias especiais e também da exigência de que, até que ocorra a licitação prevista no projeto, os bancos públicos façam o gerenciamento dos recursos.

Para os funcionários públicos federais que lotaram a galeria do Plenário do Senado durante a votação do projeto, a aprovação do novo regime de servidores foi uma “traição” do governo.

PSOL diz que irá ao Supremo porque texto é inconstitucional

O líder do PSOL no Senado, Randolfe Rodrigues (AP), anunciou que tão logo o projeto da nova previdência dos servidores for sancionado pela presidente Dilma Rousseff, o partido irá ao Supremo Tribunal Federal (STF) questionar sua constitucionalidade.

— O projeto é flagrantemente inconstitucional — disse.

O primeiro ponto desrespeitado, segundo Randolfe, é o estado do bem-estar social, previsto pela Constituição, que tem a previdência pública como pilar. Para ele, o novo modelo promove uma “privatização da previdência pública”.

Outra inconstitucionalidade, explicou, decorre da exigência

de que a previdência complementar seja regulada por lei complementar, não ordinária.

O último ponto foi a previsão constitucional de que as entidades fechadas de previdência complementar tenham natureza pública. O texto aprovado no Senado prevê as três entidades como de direito privado.

Roberto Requião (PMDB-PR) acusou o governo de propor o novo modelo “apenas para capitalizar os fundos de investimento e o mercado financeiro”.

— Me apresentam como argumento a favor que os antigos presidentes do Banco Central concordam com ele. Que maravilha! São todos gestores de fundo de investimento!

Proposta passou por três votações ontem

Na primeira das três votações de ontem, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senadores destacaram a importância da proposta para a sustentabilidade da previdência. O líder do governo, Eduardo Braga (PMDB-AM), disse que o pagamento de aposentadorias e pensões a 1,1 milhão de servidores ou seus familiares provocou um déficit previdenciário de R\$ 56 bilhões em 2011.

A votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) foi mais difícil. Com apoio da oposição, os senadores governistas rejeitaram o voto em separado de Pedro Taques (PDT-MT) e uma emenda de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

Taques apresentou argumentos para a rejeição do projeto, a começar pela forma como o Executivo propôs as mudanças, por projeto de lei ordinária. Ele disse que deveria ser lei complementar.

Valadares pretendia excluir o Judiciário das novas regras, sob o argumento de haver “vício de origem”. Em sua avaliação, o Executivo não poderia propor mudança que afetasse o Judiciário — competência que caberia ao Supremo Tribunal Federal.

Senadores governistas defenderam, na CCJ, o fim do que chamaram de privilégios.

— O maior exemplo é disso é destinar R\$ 60 bilhões para cobrir déficit em benefício de 1 milhão de pessoas. O Bolsa Família, que beneficia 15 milhões de brasileiros, custa R\$ 18 bilhões — comparou.

Randolfe Rodrigues disse que, se a Previdência tem déficit, o projeto deveria alcançar os militares e que a exclusão deles mostra que “a corda arrebenta do lado mais fraco” — os civis não têm armas nem podem fazer levante.

A terceira votação foi no Plenário.

Suplicy lê requerimento com voto de pesar pela morte de Millôr Fernandes

Eduardo Suplicy (PT-SP) leu ontem requerimento de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) de condolências à família do escritor, tradutor, dramaturgo, artista plástico, jornalista, cartunista e humorista Millôr Fernandes,

que morreu anteontem aos 88 anos, em decorrência de falência múltipla de órgãos, no Rio de Janeiro.

O requerimento também solicita a realização de homenagem a Millôr. Conhecido por sua erudição, inteligência

e espírito crítico, mantinha um *blog*, constantemente atualizado, em que expunha sua arte. Escritor admirado, Millôr era tido como o melhor tradutor da obra de William Shakespeare no Brasil, mas se recusou a concorrer a uma

vaga na Academia Brasileira de Letras.

Suplicy destacou a trajetória profissional do escritor, que acompanhou as principais transformações da imprensa e das artes no século 20, marcando sua passagem por

publicações históricas como a revista *O Cruzeiro* e o jornal *O Pasquim*, do qual foi um dos fundadores.

— Foi um artista de raro sucesso de crítica e público em todas as áreas em que trabalhou — afirmou.

No Senado, representante do Ministério das Relações Exteriores da Finlândia disse que país, por ser pequeno, concluiu que só seria competitivo no cenário internacional se investisse pesado na educação

Arthur Monteiro/ Agência Senado



Titta Maja, conselheira do Ministério das Relações Exteriores da Finlândia, fala em audiência, ao lado do senador Roberto Requião

Finlândia atribui sua prosperidade à educação

A CELEBRAÇÃO DE um acordo político pela educação e a permanente valorização do professor estão entre os motivos que levaram a Finlândia a obter um dos melhores sistemas de ensino do mundo, disse a conselheira Titta Maja, do Ministério das Relações Exteriores da Finlândia.

Em audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), ela falou da importância do entendimento político em benefício da educação firmado na Finlândia depois da 2ª Guerra Mundial.

— Depois da guerra, todos decidiram que, por ser um país pequeno, a Finlândia tinha de investir no futuro de cada criança — ressaltou Maja.

A Finlândia obteve o terceiro lugar nos últimos exames do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), feitos por estudantes de vários países. Ficou atrás apenas da China e da Coreia do Sul.

Na Finlândia, o ensino básico é gratuito e obrigatório desde 1921. E especialmente nas últimas quatro décadas, disse ela, um país até então relativamente pobre tornou-se um dos “líderes em competitividade e níveis de bem-estar social”. A construção de uma sociedade baseada no conhecimento, a seu ver, pode ser considerada um fator preponderante para o crescimento finlandês.

Segundo Titta Maja, o professor é um profissional com “alto prestígio social” na Finlândia, que leva uma vida confortável, embora não luxuosa, com seu salário. Apenas 10% dos candidatos aos cursos de formação de professores são aceitos pelas universidades do país. E os professores têm grande independência no trabalho.

PIB

A Finlândia investe em educação o equivalente a 6% do produto interno bruto (PIB)

— o Brasil aplica 5,3%. O novo Plano Nacional de Educação, em discussão na Câmara, prevê elevar o investimento brasileiro para 7% nos próximos anos.

— Não é realmente dinheiro o segredo da Finlândia. O segredo é o papel-chave do professor, que sempre busca se aperfeiçoar — disse Titta Maja.

Durante o debate, a senadora Ana Amélia (PP-RS) afirmou que existe uma diferença entre investir 6% do PIB num país com 5,3 milhões de habitantes e investir 5,3% do PIB num país com 190 milhões de habitantes. No Brasil, o número de crianças fora da escola é equivalente a toda a população da Finlândia.

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) observou que investir de imediato 7% do PIB na educação, como se discute no Brasil, seria “jogar dinheiro fora”, uma vez que antes será necessário definir como esse dinheiro será investido.

Cristovam lembrou que a convidada para a audiência é conselheira em comércio e educação. Isso demonstra, a seu ver, a ligação já percebida pela Finlândia entre educação e economia:

— Na Finlândia, a Nokia, que exportava papel, agora exporta celulares, graças à educação.

A audiência foi convocada a partir de requerimento do presidente da comissão, Roberto Requião (PMDB-PR).

Números do sucesso na Finlândia

- » Área: 338.420 km²
- » População: 5.384.770
- » Capital: Helsinque



- ✓ Ensino básico gratuito e obrigatório desde 1921
- ✓ Apenas 10% dos candidatos a professores são aceitos pelas universidades
- ✓ 3º lugar no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa)
- ✓ Investimento em educação de 6% do PIB

Fontes: IBGE Países e CIA World Factbook

Sobre defesa nacional, revista *Em discussão!* é lançada hoje

Será lançada hoje, às 10h, a décima edição da revista *Em discussão!*, que aborda a defesa nacional, tema de uma série de audiências promovidas pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). O evento será no Plenário 7, na Ala Senador Alexandre Costa.

A revista, produzida pelo **Jornal do Senado**, é um projeto da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs) para ampliar a divulgação dos debates das comissões.

Com 88 páginas, relata em profundidade os debates travados por autoridades e especialistas militares e civis com os senadores acerca dos desafios que o país deve enfrentar nas próximas décadas em termos de defesa nacional. A conclusão unânime é a de que o Brasil, pacífico

por tradição e cuja estratégia sempre foi pautada pela dissuasão, se tornou alvo de interesse internacional por seus imensos recursos, tanto na Amazônia quanto na Amazônia Azul, a grande faixa de mar onde foram descobertas, por exemplo, as reservas de petróleo do pré-sal.

Ao longo de cinco audiências públicas — retratadas na edição com textos, infográficos e extenso material de pesquisa —, os senadores puderam avaliar a necessidade de colocar em prática as diretrizes traçadas na Estratégia Nacional de Defesa, que prevê unificação de ações, modernização e reposicionamento das Forças Armadas.

A revista também pode ser lida na internet, em www.senado.gov.br/emdiscussao.

José Cruz/Agência Senado



Rollemberg: greve de professores

Rollemberg pede valorização da educação nacional

Em discurso, o senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) fez uma análise do que considerou a primeira greve nacional e unificada dos professores no país.

Segundo ele, a greve foi uma reivindicação pela valorização da educação brasileira, “que está sucateada e que só dará melhores respostas quando houver um sistemático programa educacional, federalizado e participativo”.

— Com padrões de ensino precários como o que temos, o Brasil terá muita dificuldade em permanecer entre as maiores economias do mundo — afirmou.

Waldemir Borreto/Agência Senado



Mozarildo: polícia reestruturada

Mozarildo diz que PF precisa de reforço para cuidar das fronteiras

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) pediu à presidente Dilma Rousseff e ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, aumento do policiamento nas fronteiras do país e também reestruturação urgente da Polícia Federal — admitindo mais policiais e capacitando-os melhor.

O senador disse que a carência do quadro de funcionários permite que as fronteiras fiquem escancaradas ao tráfico de pessoas e à entrada de armas, drogas e contrabando. Como exemplo, citou o contrabando de gasolina da Venezuela para Roraima.

Avança projeto de lei que regulamenta profissão de geofísico

Projeto de lei que regulamenta a profissão de geofísico foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O relatório da senadora Ângela Portela (PT-RR) foi pela aprovação. O projeto (PLC 117/06) foi apresentado pela deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ).

A relatora disse que os geofísicos não reivindicam área de atuação privativa ou fixação de reserva de mercado, mas reco-

nhhecimento de sua profissão e a definição de regras mínimas de procedimento na fiscaliza-

ção do exercício profissional. Os geofísicos alegam que o Conselho Federal de Engenharia,

Arquitetura e Agronomia (Confea) tem se recusado a aceitar as anotações de responsabilidade técnica (ARTs) encaminhadas por eles. Assim, estariam correndo o risco de exercício ilegal da profissão.

AART é um instrumento pelo qual engenheiros, arquitetos, agrônomos, geólogos e outros profissionais registram os seus contratos com informações sobre suas obras ou serviços. Nenhum trabalho pode ser

iniciado sem a ART

Pelo projeto, estão autorizados a exercer a profissão os graduados em geofísica, geologia ou engenharia geológica. Outros profissionais de nível superior que atuem no ramo há ao menos oito anos ininterruptamente poderão requerer o registro.

O projeto vai para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Depois, para o Plenário.



Projeto relatado por Ângela Portela (D) garante ao geofísico registrar ARTs

Márcio Kallume/Agência Senado

Lançado banco de questões de ordem 2009-2011

O presidente do Senado, José Sarney, anunciou o lançamento do banco de questões de ordem na internet. Desde ontem, o portal do Senado disponibiliza *links* para “Questões de Ordem” e “Decisões e Esclarecimentos da Presidência”, com as notas taquigráficas sobre as questões levantadas de 2009 a 2011, as respostas proferidas e a jurisprudência que as fundamentou.

Segundo Sarney, trata-se de mais um passo no aprofundamento da política de modernização e transparência do Senado.

— Foi cumprida mais uma etapa do processo eletrônico, que facilita o acesso à informação — afirmou.

Sarney destacou a facilidade do acesso a documentos da atividade legislativa do Senado e do Congresso Nacional.

A ação faz parte de um conjunto de medidas para ampliar o acesso do cidadão a informações do Senado.

Segundo a secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra, na próxima etapa serão disponibilizadas questões de anos anteriores e as apresentadas em sessões conjuntas do Congresso.

Um exemplo de questão de ordem foi a que tratou da possibilidade de os senadores votarem, em 2010, o projeto que deu origem à Lei da Ficha Limpa.

Senado amplia formas de acesso a informações

Desde a adoção do Processo Legislativo Eletrônico, em 2009, o Senado tem acelerado as transformações para facilitar o acesso a informações sobre o processo legislativo. Hoje, as pautas, debates e votações estão ao alcance de todos via internet.

— As notas taquigráficas do Plenário, comissões e subcomissões estão *on-line*, assim como relatórios e documentos do processo legislativo — exemplifica Claudia Lyra.

Ela lembra que as medidas se anteciparam à chamada Lei de Acesso à Informação Pública (Lei 12.527/11), sancionada em novembro e que entrará em vigor em maio.

Cidadão também poderá acompanhar trabalhos por *tablet*

Informações sobre as comissões, o Plenário, notícias e *clippings* sobre as atividades da Casa podem ser acessadas a partir de *tablets* (ou de computador normal que utilize os navegadores Google Chrome ou Apple Safari) pelo *link* <https://www12.senado.gov.br/noticias/tablet>. O diretor da Secretaria das Comissões, Flávio Heringer, explica que, no momento, estão disponíveis as pautas via *tablet*.

— Mas, com a evolução do produto, vamos oferecer também o acompanhamento do que está sendo votado, o resultado, tudo *on-line* — disse.

Segue para a Câmara dos Deputados projeto que autoriza a utilização, em programas de ampliação da telefonia móvel, do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, em vez do investimento exclusivo no modelo de telefonia fixa

Cobertura de celular poderá ganhar recursos para ampliação

OS RECURSOS DO Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) poderão ser aplicados também em programas de ampliação da cobertura da telefonia móvel. Projeto de lei com essa finalidade foi aprovado ontem pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), em votação final. A proposta segue para a Câmara dos Deputados se não houver recurso para exame no Plenário do Senado.

A lei que instituiu o Fust (Lei 9.998/00) prevê investimento exclusivo na universalização da telefonia fixa. O projeto de lei do Senado (PLS 311/07), de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), modifica essa lei, beneficiando o serviço móvel pessoal (SMP).

Apesar de a matéria ter sido rejeitada pelas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Desenvolvimento Regional (CDR), o relator na CCT, Walter Pinheiro (PT-BA), apresentou parecer pela aprovação, para beneficiar as regiões mais distantes das cidades. Ele disse que, em 2007, 42% dos municípios do país não possuíam serviço de telefonia móvel. Já em 2011, ressaltou, os centros urbanos de

todos os municípios contavam com o serviço. Segundo Pinheiro, o número de acessos móveis ativos aumentou de 114,69 milhões, em dezembro de 2007, para 231,6 milhões, em outubro de 2011, o que significa 118 acessos por cem habitantes.

Entretanto, acordos entre as operadoras de telefonia e a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), alertou Pinheiro, determinam que basta que 80% da área urbana de um município disponha de telefonia móvel para que seja considerado coberto pelo serviço. Assim, observou, as regiões mais afastadas ficam prejudicadas.

Outros propósitos

— Localidades mais distantes do distrito-sede do município, bem como as áreas rurais, notadamente no interior do país, ainda sofrem com uma deficiência de cobertura do SMP — argumentou Pinheiro.

Flexa disse que os recursos do fundo são muitas vezes contingenciados e utilizados em outros propósitos, como o pagamento de juros da dívida. A proposta, como observou, vai possibilitar

a universalização da telefonia móvel para o cidadão brasileiro.

Na reunião de ontem, a CCT aprovou também 34 projetos de decretos legislativos (PDLs) que concedem, autorizam ou permitem a exploração de serviço de radiodifusão comunitária em várias cidades brasileiras.

Foram beneficiados os estados de Minas Gerais e Santa Catarina, cada um com sete rádios comunitárias; Pará, Paraíba, Rio Grande do Sul e São Paulo, com três; Pernambuco e Rondônia, com duas; e Bahia, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte, com uma rádio cada um. Esses PDLs também foram aprovados pela CCT em votação final.

O projeto de lei da Câmara que determina a observância de limites para emissão de radiação quando uma instalação radioativa encerrar suas atividades será votado depois. A matéria estava na pauta da reunião de ontem, mas foi retirada. A proposta é de autoria do então deputado Silvinho Peccioli e recebeu relatório do senador Lobão Filho (PMDB-MA) a favor da aprovação.

Tablets reduzem custo e modernizam Senado, diz Cícero

“Os senadores não estão recebendo simples *tablets*, mas sim uma ferramenta de trabalho que vai proporcionar economia de papel, mobilidade, acessibilidade e interação com os cidadãos”. Assim o 1º secretário do Senado, Cícero Lucena (PSDB-PB), resumiu o objetivo dos equipamentos entregues pela Casa aos senadores. Ele apresentou os *tablets* ontem, na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

— Ontem [anteontem], tivemos na ordem do dia do Plenário algo em torno de 300 folhas impressas. Com uma cópia para cada um dos 81 senadores, seriam mais de 20 mil páginas. Nesta comissão, a pauta chega a 150 páginas para seus vinte e pouco titulares, resultando em cerca de 3.500 páginas a cada reunião — frisou.

A secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra, lembrou que o Senado iniciou em 2009 o Processo Legislativo Eletrônico, permitindo que sessões e decisões do Senado sejam acompanhadas pela internet. Também estiveram presentes à reunião a diretora-geral do Senado, Doris Peixoto, e o secretário de Comunicação, Fernando Cesar Mesquita.

Com os *tablets*, os senadores terão mais facilidade para acessar informações das comissões, como pautas, projetos em exame, votos dos relatores e resultado de votações. Também terão acesso às matérias em pauta e às votações do Plenário, bem como às notícias da Agência Senado, do **Jornal do Senado** e a *clippings*. Cícero ressaltou que o Senado tem avançado também



Entre Doris e Braga, Cícero confere a economia que será proporcionada pelos novos equipamentos

Economia no papel



Fonte: Secretaria-Geral da Mesa, com dados da Gráfica do Senado. Mais informações sobre o Edital de Pregão Eletrônico 64/11 no Portal da Transparência do Senado

nas ferramentas para *smartphones*, ampliando a interação com a sociedade. Ele destacou o trabalho do Prodasen na formatação dos equipamentos e o da Secretaria de Comunicação Social para tornar as informações acessíveis.

O potencial dos *tablets* também foi

destacado pelo presidente da CCT, Eduardo Braga (PMDB-AM). Segundo a Secretária-Geral da Mesa, levando em conta somente a economia de papel na confecção das pautas (o custo em 2011 foi de R\$ 277.405,90), os *tablets* estarão pagos em oito meses.

Davim: saúde pública no Brasil é uma chaga



Waldemir Barreto/Agência Senado

Paulo Davim (PV-RN) voltou a citar a Campanha da Fraternidade 2012 para criticar a situação da saúde pública no

Brasil e pedir mais recursos. O senador afirmou que a "chaga" na realidade social é a saúde pública. Citou agravantes como a indisponibilidade de medicamentos e a má remuneração dos servidores da área.

Ao mencionar cenas de corrupção veiculadas pela TV Globo, disse que qualquer um fica indignado com "pessoas inescrupulosas que transformaram o setor da saúde pública em um balcão de negócios".

— Se não houvesse desvios, sobriam recursos — disse.

Davim citou seu projeto de lei (224/11) que classifica como crimes hediondos desvio de patrimônio, bens, valores e recursos públicos destinados à saúde.

Inácio agradece por homenagens ao PCdoB



Moreira Mariz/Agência Senado

Inácio Arruda (PCdoB-CE) voltou a agradecer aos parlamentares que participaram da homenagem aos 90 anos de

fundação de seu partido, em sessão solene feita anteontem.

O senador destacou a relação do PCdoB com o PSB e lembrou que muitos parlamentares que depois trocaram de partido passaram seus anos de formação no PCdoB. Entre os que integram o Senado hoje já foram filiados ao partido Lídice da Mata (PSB-BA), Lindbergh Farias (PT-RJ) e Gleisi Hoffmann (PT-PR, licenciada, ministra da Casa Civil).

— Isso tem a ver com a história política. Talvez não tenha um partido que funcione hoje no Brasil que não tenha tido alguma relação de militância, de proximidade, com os comunistas — comentou.

Partido protocolou pedido de investigação de quebra de decoro parlamentar. Randolfe Rodrigues argumenta que o inquérito no Supremo Tribunal Federal não invalida o procedimento no Senado

PSOL vai ao Conselho de Ética contra Demóstenes

O PSOL PROTOCOLOU ontem, no Conselho de Ética do Senado, representação para que seja investigada suposta quebra de decoro parlamentar por parte de Demóstenes Torres (DEM-GO). Sem presidente desde 2011, o Conselho de Ética encaminhou o pedido à Consultoria Legislativa e aguarda análise sobre a admissibilidade.

No documento, o presidente do PSOL, deputado Ivan Valente (SP), argumenta que Demóstenes quebrou o decoro ao receber vantagens indevidas de Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, preso sob acusação de explorar jogo do bicho e máquinas caça-níqueis.

— Foram denúncias consistentes de doações individuais, de relações, de telefonemas, utilização de táxi-aéreo e depois de sociedade com o senhor Carlinhos Cachoeira — afirmou Ivan Valente.

Segundo Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), o pedido de abertura de inquérito apresentado pela Procuradoria-Geral da República ao Supremo Tribunal Federal é suficiente para o



Randolfe Rodrigues (2º à esq.) entrega o pedido, com deputados de seu partido

processo por quebra de decoro. Para ele, a investigação do Supremo não invalida o procedimento no Senado, que é um dever do Parlamento.

Segundo os parlamentares, o PSOL ainda aguarda informações pedidas à Procuradoria-Geral da República para representar contra os deputados Sandes Júnior (PP-GO) e Carlos Alberto Leréia (PSDB-GO), citados nas denúncias.

O vice-presidente do Conselho de Ética, Jayme Campos (DEM-MT), disse que não há

definição sobre nova eleição para a presidência do órgão. Ele não se considera impedido, por pertencer ao mesmo partido de Demóstenes, de exercer a função no conselho.

Se abrir inquérito e concluir pela perda do mandato, o conselho deve enviar parecer à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A decisão final cabe ao Plenário, em votação secreta e por maioria absoluta. Uma possível renúncia não produz efeitos até o final do processo.

Ana Amélia diz que Senado deve dar exemplo



Waldemir Barreto/Agência Senado

Ana Amélia (PP-RS) apoiou apuração minuciosa de toda denúncia de corrupção envolvendo parlamentares, afirmando que o Senado deve ser exemplo para o Brasil.

— Se quem é eleito para legislar e fiscalizar a aplicação das leis não respeitar essas leis, nosso país nunca vai erradicar a cultura da impunidade — disse.

A senadora elogiou o DEM por ter expulsado o então governador do Distrito Federal José Roberto Arruda, envolvido em um esquema de corrupção, e por ter agora afastado Demóstenes da liderança do partido. Ela ainda defendeu a adoção da Ficha Limpa para contratação de servidores em cargos comissionados no serviço público e elogiou as prefeituras e as câmaras de vereadores de alguns municípios que já utilizam o parâmetro para contratações.

Alvaro cobra cópia de inquérito da polícia

O líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), pediu informações ao presidente do Senado, José Sarney, sobre o andamento de solicitação feita por vários parlamentares à Procuradoria-Geral da República de cópia do inquérito decorrente da Operação Monte Carlo, da Polícia Federal, que desarticulou quadrilha que explorava máquinas caça-níqueis em Goiás. O relatório da PF menciona cerca de 300 ligações telefônicas entre Demóstenes Torres e Carlinhos Cachoeira.

— Por que se permitem vazamentos e não se revela o que é oficial? Estaria esse inquérito fechado a sete chaves para proteger autoridades da República? — questionou Alvaro Dias.

Sarney respondeu ao líder do PSDB que já encaminhou ofício à Procuradoria-Geral solicitando cópia do inquérito e espera a resposta.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Nova comissão vai propor fontes para a saúde

O Plenário aprovou requerimento de Humberto Costa (PT-PE) para criação de uma comissão temporária, com cinco senadores, visando debater e propor soluções, em 90 dias, para o financiamento do sistema de saúde.

O senador chama a atenção para o momento difícil por que passa o sistema de saúde no Brasil. Segundo ele, o subfinanciamento histórico do setor é um dos principais desafios atuais do Sistema Único de Saúde (SUS).

— Para um sistema de saúde que se propõe universal, precisamos de mais recursos financeiros, comparadamente com os demais sistemas existentes no mundo — diz.

Na avaliação dele, a precariedade no funcionamento do sistema da saúde pública precisa ser atacada com urgência. A comissão temporária, em sua opinião, poderá contribuir de maneira decisiva para resolver o problema.

Pernambuco tem trânsito melhor, avalia Humberto

Humberto Costa (PT-PE) comemorou a redução no número de acidentes de trânsito em Pernambuco. Ele destacou a queda de 16,7% no número de motociclistas mortos nos três primeiros meses de 2012, em comparação ao mesmo período de 2011.

— Publicidade em rádio e televisão e o apoio da população à Lei Seca são apontados como os principais fatores para esses avanços — afirmou.

Humberto lembrou seu projeto para dar mais rigor ao Código de Trânsito Brasileiro nos casos de motoristas que causam acidentes por excesso de velocidade ou sob influência de álcool (PLS 365/11).

Para ele, a ampliação da verba representa mais investimento em prevenção e tratamento.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Comissão aprova contratação de crédito externo para Pernambuco

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou, por unanimidade, a contratação de crédito externo de até US\$ 500 milhões para Pernambuco (MSF 26/12). Os recursos serão levantados junto ao Banco Mundial (Bird). O projeto segue para o Plenário, em regime de urgência.

A relatora, Lídice da Mata (PSB-BA), explicou que o

recurso será incorporado ao orçamento do estado, que deve investir em unidades de pronto atendimento em saúde (UPAs), construção de escolas e melhoramento de rodovias.

Humberto Costa (PT-PE) disse que as UPAs têm grande capacidade de resolução e permitem que a rede de alta complexidade se concentre no seu tipo de atendimento.

Suplicy destaca texto a favor da economia do Brasil



Eduardo Suplicy (PT-SP) destacou artigo do professor da Universidade de Bath (Inglaterra) Guy Standing, especialista em segurança econômica, afirmando que os países que integram o Brics ao lado do Brasil (Rússia, Índia, China e África do Sul) têm muito a aprender com o nosso país no que se refere a programas de transferência de renda à população. Atualmente em Nova Délhi (Índia), Standing — cofundador da Rede Mundial de Renda Básica — acompanha experiência-piloto de implantação de programa de garantia de renda em vilas e regiões indianas.

Aécio: "Tudo parece fora de lugar no governo de Dilma"

"O Brasil deixou de liderar o processo de crescimento da América Latina e hoje puxa o desempenho de todo o continente para baixo", afirmou Aécio Neves (PSDB-MG), criticando os primeiros 15 meses do governo da presidente Dilma Rousseff. Para o senador, "tudo parece fora de lugar".

Aécio criticou a demora do governo em reagir "ao gravíssimo processo de desindustrialização em curso no país", citando a indústria de transformação, "que já chegou a responder por 26% do PIB brasileiro, mas que, em 2011, representou apenas 14,6%".



Casildo quer fortalecer a produção artesanal de vinhos

"O enquadramento da produção artesanal de vinhos na legislação das micro e pequenas empresas e no regime de tributação Simples seria uma forma de fortalecer o turismo e a economia familiar, e de evitar o êxodo rural", opinou Casildo Maldaner (PMDB-SC).

Segundo o senador, 95% das vinícolas nacionais são familiares, embora 90% da produção



tenha origem em apenas 20 empresas.

Casildo defendeu ainda a redução da carga tributária como forma de aumentar a competitividade da indústria nacional e

gerar empregos. Ele disse que Santa Catarina reduziu o ICMS sobre o vinho e produz 500 mil litros por ano, com a projeção de que salte para 2 milhões em poucos anos.

Jucá agradece indicação para relatoria-geral do Orçamento

Romero Jucá (PMDB-RR) agradeceu em Plenário por ter sido indicado para a função de relator-geral do projeto de Lei Orçamentária para 2013.

— Recebo com muita responsabilidade e muita honra a indicação. Vou trabalhar em parceria com a Comissão Mista de Orçamento para construir um orçamento participativo,



que procure enfrentar o desequilíbrio regional — disse.

Segundo o senador, um dos objetivos que nortearão a elaboração da Lei Orçamentária será a ampliação dos investimentos na economia e na geração de empregos.

Jucá ainda anunciou a filiação ao PMDB do vice-governador de Roraima, Chico Rodrigues.

CCJ tem até a próxima semana para analisar relatório de Ferraço, que considera inconstitucional a mudança no imposto por meio de projeto de resolução do Senado e não de lei complementar

Adiada votação do ICMS único para importados

DUROU MAIS DE 3 horas, ontem, o debate do projeto que uniformiza as alíquotas do ICMS nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados. Ao final, os integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) decidiram adiar a votação para a próxima semana, período durante o qual o projeto de resolução (PRS 72/10) ficará em vista coletiva. O desafio será resolver se a forma de implementação dessas medidas fiscais fere ou não a Constituição.

O relator, Ricardo Ferraço (PMDB-ES) recomendou a rejeição e o arquivamento do PRS 72/10. Ele sustenta que o Senado não pode regular isoladamente, por meio de projeto de resolução, a concessão e a revogação de isenções, incentivos e benefícios

fiscais. Segundo Ferraço, a Constituição estabelece, no seu artigo 155, que essa tarefa é de competência privativa do Congresso, devendo, portanto, ser aprovada por meio de projeto de lei complementar.

— A matéria deve ser submetida à aprovação da maioria absoluta dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado. A exigência de lei complementar, cujo processo legislativo é mais complexo, explica-se porque a concessão de incentivos de ICMS pelos estados e o Distrito Federal envolve valores fundamentais da República, o pacto federativo e a redução das desigualdades regionais e sociais. O Supremo Tribunal Federal [STF] tem declarado a inconstitucionalidade de normas editadas sem observar esse requisito — considerou.



Ricardo Ferraço (E) lê seu relatório na CCJ, ao lado de Alvaro Dias e Lúcia Vânia

Wellington pede investimentos em pesquisa científica



O Brasil deve investir em desenvolvimento científico se quiser mudar a balança comercial do país, baseada em exportação de matéria-prima a baixo custo e importação de produtos acabados a custo alto, observou Wellington Dias (PT-PI).

O senador citou a indústria farmacêutica nacional, "que utiliza 95% de matéria processada importada". O maior problema, disse, é que a matéria-prima sai do Brasil, é processada nos Estados Unidos, Alemanha ou Japão, "e depois nós a compramos, às vezes, por 200 vezes o preço pelo qual exportamos".

Flexa Ribeiro cobra mudança maior no sistema tributário



O Brasil precisa de uma mudança consistente no sistema tributário para estimular a produção e o consumo internos, afirmou Flexa Ribeiro (PSDB-PA). Ele classificou como "puxadinhos" as medidas adotadas pelo governo federal como reação aos resultados apresentados pela economia brasileira neste início de ano.

Segundo ele, o Índice de Atividade Econômica do Banco Central referente a janeiro caiu 0,13% em relação a dezembro. O indicador, disse, é considerado "prévia fiel" do produto interno bruto (PIB).

Armando Monteiro vota em separado

Na visão de Armando Monteiro (PTB-PE), uma resolução do Senado "é o instrumento por excelência para a fixação de alíquotas aplicáveis às operações e prestações interestaduais".

Por isso, o senador apresentou voto em separado ao relatório de Ferraço sobre o PRS 72/10, que considerou "improcedente". Para reforçar sua defesa do projeto, Armando citou duas resoluções do Senado (22/89 e 95/96) que regulam alíquotas do ICMS e que estão em vigor e não foram contestadas pelo STF.

— O PRS 72/10, ao estabelecer alíquota interestadual de ICMS para produtos provenientes do exterior que não sofram agregação de valor no estado de importação, cuida apenas da partilha da arrecadação do tributo entre os entes federativos nessas operações. O gravame sofrido pelo contribuinte de fato permanece o mesmo, já que a alíquota incidente será sempre a interna do estado de destino — ponderou Armando, também com base no artigo 155 da Constituição.

Depois de analisada pela CCJ, a proposta será submetida à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Cyro: incentivos fiscais não deram prejuízo a estados



Cyro Miranda (PSDB-GO) criticou o projeto de unificar o ICMS sobre importados nas operações interestaduais (PRS 72/10). Para ele, a proposta de Romero Jucá (PMDB-RR) tem "vícios de inconstitucionalidade" e representa "um míssil" contra o esforço de estados para dinamizar suas economias.

Cyro afirmou que os incentivos fiscais concedidos por alguns estados não deram prejuízo aos demais. "Nos últimos 15 anos, todos aumentaram suas arrecadações", disse ele, apoiado por Casildo Maldaner (PMDB-SC).



Moraes Junior, Hübner, senadores Delcídio e Flexa, Pontes e Romeiro: alternativa pode ser aporte da Eletrobras

Debatedores pedem ao governo saída para a Celpa

Centrais Elétricas do Pará tem dívida bilionária e pode falir se não for encontrada alternativa logo. Má gestão e falta de fiscalização foram apontadas entre os problemas, em audiência no Senado

EM SITUAÇÃO FINANCEIRA crítica, com dívida bilionária, a Centrais Elétricas do Pará S.A. (Celpa) pode falir se uma solução não for encontrada nos próximos meses. A avaliação foi feita por debatedores que ontem participaram de audiência pública das comissões de Serviços de Infraestrutura (CI) e de Assuntos Econômicos (CAE). Entre as soluções apontadas, está a capitalização da empresa pela Eletrobras.

O presidente do Conselho de Administração da Celpa, Jorge Queiroz de Moraes Junior, atribuiu o quadro de insolvência e as dívidas (cerca de R\$ 2 bilhões, segundo ele) à queda na arrecadação de energia iniciado em 2001, ao pagamento de dívidas trabalhistas, à obrigação de investimentos pesados no Programa Luz Para Todos do governo federal, às multas regulatórias da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e ao congelamento tarifário desde agosto de 2010, entre outros fatores.

Moraes Junior explicou ter apresentado à Justiça um programa de recuperação que envolve diminuição e parcelamento das dívidas, mas disse confiar na possibilidade de aportes financeiros da Eletrobras e do BNDES, já que ambos são acionistas da Celpa.

O governador em exercício do Pará, Helenilson Pontes, também pediu aporte financeiro do governo federal para salvar a empresa. Para ele, além de problemas de gestão, a Celpa é vítima de falhas de fiscalização dos órgãos reguladores e dos acionistas do poder público.

— O governo [estadual] não aceita transferir a conta dessa má gestão para o povo do Pará. É um problema do Brasil, é um problema nacional — disse, lembrando que, apesar de gerar 12% de toda a energia consumida no país, o estado tem cerca de 500 mil habitantes sem energia em casa.

Pontes contou que a Celpa está há cinco meses sem pagar ICMS, comprometendo

mensalmente 10% da arrecadação estadual. No geral, a companhia deve ao estado R\$ 300 milhões, segundo ele.

O diretor-geral da Aneel, Nelson Hübner, concordou com o governador paraense sobre a questão ser nacional. Ele disse que a energia gerada no país é da União, mas admitiu que a contribuição do Pará é significativa. Hübner explicou que a Aneel fiscaliza e regula todas as concessionárias de distribuição de energia do país e disse acreditar na possibilidade de recuperação, mesmo que para isso sejam necessários aportes financeiros públicos.

Delcídio do Amaral (PT-MS), presidente da CAE, e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) criticaram as falhas de gestão e fiscalização e prometeram empenho em junto ao governo federal.

Também participaram da audiência pública Vicentinho Alves (PR-TO) e Mário Couto (PSDB-PA), além do representante do Sindicato dos Urbanitários do Pará, Ronaldo Romeiro.

Benedito defende manutenção do horário da Voz do Brasil

Benedito de Lira (PP-AL) se disse contrário ao projeto que flexibiliza o horário do programa *A Voz do Brasil* (PLC 109/06). Para ele, o texto aprovado no Senado e pronto para ser votado na Câmara atende a interesses das emissoras de rádio.

— A matéria tem a simpatia do governo e da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, que tem feito forte lobby entre os deputados — afirmou o senador.

Segundo Benedito, permitir que as emissoras transmitam *A Voz do Brasil* nos horários que quiserem acabará descaracterizando os serviços relevantes do programa, que noticiam os atos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.



Marcia Moraes/Agência Senado

Bahia vive pior seca dos últimos dez anos, diz Walter Pinheiro

Walter Pinheiro (PT-BA) disse na terça-feira que a Bahia vive a mais longa estiagem dos últimos 10 anos. Segundo o senador, diversas obras vêm sendo tocadas pelo governo estadual para amenizar o sofrimento dos mais de 600 mil pequenos agricultores.

Pinheiro informou que, na segunda-feira, o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra Coelho, esteve em Salvador e assinou convênio no valor de R\$ 168 milhões para implantar 240 mil sistemas de abastecimento d'água, com o uso de cisternas e poços. O parlamentar disse que também é esperada a liberação de mais R\$ 10 milhões para obras de emergência.



Marcia Moraes/Agência Senado

Ana Rita comemora o Programa Nacional de Educação no Campo

Ana Rita (PT-ES) comemorou ontem o lançamento do Programa Nacional de Educação no Campo (Pronacampo), que visa oferecer apoio técnico e financeiro aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios.

O Pronacampo, explicou Ana Rita, baseará suas ações em quatro eixos: gestão e práticas pedagógicas, formação de professores, educação de jovens e adultos e educação profissional e tecnológica.

Entre as mudanças previstas, está a educação contextualizada, que promoverá a interação entre o conhecimento científico e os saberes das comunidades, com livros distribuídos pelo Programa Nacional do Livro Didático.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Lídice quer reforço no combate a incêndios na Chapada Diamantina

Lídice da Mata (PSB-BA) fez ontem apelo ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), para que disponibilize mais equipamentos e brigadistas no combate a focos de incêndio que atingem a Chapada Diamantina, um dos principais destinos turísticos da Bahia.

De acordo com ela, nos últimos dias, foram registrados vários focos de incêndio na região, mas o combate ao fogo é feito de maneira precária.

Lídice informou que o ICMBio, surpreendido pela seca fora de época, dispõe atualmente de apenas cinco brigadistas, dos mais de 40 que são contratados normalmente nos períodos críticos.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Ângela cobra banda larga melhor em Roraima

Ângela Portela (PT-RR) cobrou das operadoras de internet de banda larga na região Norte, em especial a Oi em Roraima, que cumpram as regras do Plano Nacional de Banda Larga e garantam qualidade com preço justo.

A banda larga em Roraima, oferecida unicamente pela Oi, é precária, ineficiente e está sendo questionada pelo Ministério Público Federal, disse a senadora. Segundo Ângela, a empresa ficou obrigada a ofertar internet em todos os 15 municípios até 31 de outubro de 2011, mas apenas cinco têm o serviço até agora. Ângela afirmou que em Roraima a Oi atua em condições de monopólio e cobra um preço muito mais elevado do que em outros locais.

Jayme busca redução de acidentes de trabalho

Jayme Campos (DEM-MT) anunciou ontem a intenção de apresentar projeto de lei com o objetivo de reduzir os acidentes de trabalho no Brasil.

A ideia é punir empresas que apresentem registro de acidentes fatais acima da média.

Pela proposta, a empresa com mais de uma morte de empregado por ano fica impedida de participar de licitações públicas e de contratar financiamentos bancários. Segundo o senador, o Brasil ocupa o quarto lugar no ranking mundial de mortes por acidente no trabalho. Mato Grosso lidera o índice no Brasil.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Paim critica injustiça no valor das aposentadorias

Paulo Paim (PT-RS) lamentou que os aposentados sofram redução anual de seus benefícios. Ele disse que aumentos da categoria não acompanham o aumento do salário mínimo.

— Todos passarão rapidamente a ganhar um salário mínimo. Isso é uma enorme injustiça — lamentou.

Paim também destacou audiência sobre acidentes de trabalho na Comissão de Direitos Humanos. Uma das questões discutidas pelo colegiado foi o número de acidentes na construção civil e na metalurgia, principalmente com a aproximação da Copa do Mundo e das Olimpíadas.



Gerardo Magela/Agência Senado

Vanessa lamenta novas enchentes no Amazonas

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse ontem que novas enchentes no Amazonas levaram mais quatro municípios do estado, todos localizados na calha do rio Solimões, a decretar situação de emergência.

Com isso, subiu para 15 o número de municípios que adotaram medida similar em decorrência das cheias, que também atingiram municípios nas calhas do Purus e do Juruá.

A senadora dirigiu apelo ao governo federal pela liberação emergencial de R\$ 12 milhões para 30 mil famílias desabrigadas e em risco e R\$ 8 milhões para pequenos agricultores.



Waldemir Barreto/Agência Senado